



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
GABINETE DA MINISTRA

OFÍCIO Nº 6973/2023/MMA

Brasília, 24 de agosto de 2023.

Ao Primeiro-Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados
Câmara dos Deputados
Praça dos Três Poderes, Edifício Principal, Térreo, Sala 27
70160-900 Brasília/DF

ric.primeirasecretaria@camara.leg.br
dep.lucianobivar@camara.leg.br

Assunto: Resposta ao Ofício 1ºSec/RI/E/nº 226 - Requerimento de Informação nº 1416/2023.

Senhor Primeiro-Secretário,

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, refiro-me ao Ofício 1º Sec/RI/E/nº 226, de 24 de julho de 2023, que veicula o Requerimento de Informação nº 1416/2023, de autoria do Deputado Amom Mandel (Cidadania/AM), que solicita informações *"acerca da paralisação dos processos de demarcação de Terras Indígenas e as medidas adotadas pelo atual governo para lidar com essa situação"*, para prestar os esclarecimentos conforme abaixo:

a) Qual é a posição do Ministério do Meio Ambiente em relação à demora na demarcação de terras indígenas, como evidenciado no relatório do Grupo de Trabalho Povos Indígenas entregue ao presidente Lula em 12 de dezembro de 2022?

Informo que este Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA está atento às demandas e está empenhado em formular políticas públicas ambientais específicas para os Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais.

O direito à terra é central na questão indígena e para a proteção dos direitos humanos individuais e coletivos dos povos indígenas. Já a regularização fundiária das terras indígenas é fundamental para a garantia da vida digna dos povos indígenas e sua reprodução sociocultural.

Nessa perspectiva, o MMA é favorável à regularização fundiária de todas as terras indígenas no Brasil, em respeito ao previsto na Constituição de 1988 e nos tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário.

No entanto, a regularização fundiária de Terras Indígenas não é uma atribuição legal do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA, tendo seu locus na Fundação Nacional do Índio - FUNAI, fundação vinculada ao Ministério dos Povos Indígenas - MPI.

b) Quais são as principais razões para a paralisação dos processos de demarcação das Terras Indígenas durante os últimos anos?

Ao longo da história do Brasil, os povos indígenas brasileiros vêm sofrendo graves e reiteradas violações de seus direitos individuais e coletivos, incluindo a não

regularização fundiária dos seus territórios tradicionais. A paralisação das demarcações das terras indígenas no Brasil, nos últimos anos, tem causas diversas, portanto, não é um fato isolado e fortuito e está vinculado às condições estruturais próprias da história socioeconômica e política do Brasil.

Nessa perspectiva, apesar dos avanços na regularização fundiária de terras indígenas desde 1988, ainda há muitos desafios para garantir todas as demarcações e a proteção socioambiental efetiva e o bem-estar dos povos que habitam nessas terras.

c) Quais medidas o Ministério do Meio Ambiente está tomando para agilizar o processo de demarcação das Terras Indígenas que estão aguardando há anos pela homologação?

Avalia-se que estamos em um novo momento para a gestão socioambiental em nosso país, e a proteção do meio ambiente e dos interesses estratégicos são centrais nesse processo de reconstrução do Brasil. Nos últimos anos o Brasil passou por um momento extremamente desafiador para o patrimônio socioambiental brasileiro, afetando especialmente os povos indígenas.

Assim, estamos em um momento de recuperar, fortalecer e criar estruturas institucionais em prol de uma proteção socioambiental das Terras Indígenas, que precisa ser robusta e articulada, com a participação de outras instâncias governamentais e da sociedade civil. Nesse ínterim, informamos ter retomado o Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental - PNGATI com paridade entre movimento indígena e governo federal, com vistas a implementação dessa Política e do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT.

Todavia, a regularização fundiária de Terras Indígenas não é uma atribuição legal do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA, tendo seu locus na Fundação Nacional do Índio - FUNAI, fundação vinculada ao Ministério dos Povos Indígenas - MPI.

d) Como o Ministério do Meio Ambiente está lidando com a invasão de terras indígenas por garimpeiros, extrativistas, madeireiros e outros agentes ilegais, considerando que a falta de demarcação aumenta a vulnerabilidade dessas áreas?

É urgente que se avance e se conclua os processos de regularização fundiária das terras indígenas, em respeito ao direito humano de acesso à terra, uma vez que esse direito é fundamental para a garantia de uma vida digna para esses povos e em respeito à natureza universal, indivisível, inalienável, interdependente, irrenunciável e imprescritível dos direitos humanos.

Por força da Constituição Federal de 1988, as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas são patrimônio da União e de usufruto exclusivo da comunidade indígena que a ocupa, portanto, cabe a União garantir a integridade física do território indígena e sua desintrusão, mesmo que isso exija ação enérgica do poder público com seu poder de polícia.

O MMA tem como função propor e articular medidas para a prevenção e controle de ilícitos ambientais em todos os biomas brasileiros por meio de políticas públicas de curto, médio e longo prazos. As ações de fiscalização ambiental no âmbito federal são executadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama e pelo Instituto Chico Mendes de

Conservação da Biodiversidade - ICMBio, no caso das unidades de conservação federais.

O Ibama informou por meio do Despacho nº 16733799/2023-CGFis/Dipro, que, embora até o presente momento não tenha sido possível estabelecer um fluxo para ações fiscalizatórias distintivas nas Terras Indígenas que aguardam demarcação, está empenhando cada vez mais esforços para a repressão de ilícitos ambientais nas Terras Indígenas brasileiras, conforme relato abaixo:

- Total de ações fiscalizatórias do Ibama em 2023 (de 01/01 até 21/08): 13.820 ações
- Total de ações fiscalizatórias dentro de Terras Indígenas em 2023 (de 01/01 até 21/08): 455 ações
- Em 2023 foram realizadas 455 ações de fiscalização ambiental em 71 terras indígenas, sendo 63 ações fiscalizatórias realizadas em 21 Terras Indígenas não homologadas, o que equivale a 13% do total de ações, conforme demonstra a tabela no documento em anexo.

e) Quais são os planos do Ministério do Meio Ambiente para garantir a segurança e a proteção das Terras Indígenas que estão aguardando a demarcação, especialmente diante das ameaças enfrentadas pelas comunidades indígenas, como a invasão de terras e a exploração ilegal de recursos naturais?

O Brasil é o país com a maior diversidade biológica do mundo e a criação de áreas protegidas, nas quais se incluem as Terras Indígenas, os Territórios Quilombolas e as Unidades de Conservação, é o principal mecanismo para a conservação dessa megabiodiversidade.

Assim, a regularização fundiária das terras indígenas contribui para a preservação de ecossistemas naturais, a proteção das espécies ameaçadas de extinção e a promoção do desenvolvimento sustentável, bem como para o respeito e a valorização do conhecimento e da cultura dos povos indígenas.

A governança ambiental foi retomada no país com a mudança radical no discurso das autoridades públicas e o lançamento do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAm, que tem como objetivo a redução do desmatamento através de ações repressivas a curto prazo e por meio de fomento às atividades produtivas sustentáveis, ordenamento territorial e fundiário e incentivos à manutenção da floresta em pé por meio de incentivos econômicos adequados e fortalecidos.

Recentemente foi criada, no âmbito da Coordenação-Geral de Fiscalização Ambiental - CGFIS, da Diretoria de Proteção - DIPRO do Ibama, uma Equipe Nacional de Fiscalização das Terras Indígenas, para tratar exclusivamente deste tema. Além disso, o atendimento à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 709 - ADPF 709 é prioridade da gestão atual do Ibama. Com a realização de concurso e o aporte de novos fiscais no Ibama, acredita-se que será possível ampliar a atuação da fiscalização ambiental nas Terras Indígenas, de maneira a possibilitar o alcance também às Terras Indígenas não demarcadas.

f) O Ministério do Meio Ambiente está buscando parcerias ou cooperação com outros órgãos governamentais ou instituições para acelerar o processo de demarcação e garantir a proteção das Terras Indígenas?

O MMA está trabalhando com as demais instâncias governamentais, nos três poderes, para garantir o respeito integral dos direitos dos povos indígenas.

A contribuição dos povos indígenas na construção da nação brasileira deve ser valorizada. Nessa perspectiva, a demarcação de terras indígenas é apenas um dos aspectos da necessária reparação histórica aos povos indígenas, que originalmente ocupavam este continente.

No que tange à parceria com outras instituições para garantir a proteção ambiental, como a Fundação Nacional do Índio - Funai, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, entre outros, o Ibama vem atuando de forma incisiva no combate ao garimpo ilegal, para garantir a proteção e a preservação dos territórios indígenas afetados pelo garimpo nas suas competências constitucionais, a exemplo da Terra indígena Yanomami, na qual é executada a Operação Xapiri, em conjunto com outras instituições, desde 06/02/2023.

g) Quais são os critérios e as diretrizes utilizados pelo Ministério do Meio Ambiente para priorizar as Terras Indígenas que estão aguardando demarcação?

A regularização fundiária de Terras Indígenas não é uma atribuição legal do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA, tendo seu locus na Fundação Nacional do Índio - FUNAI, fundação vinculada ao Ministério dos Povos Indígenas - MPI.

h) Quais são os recursos e investimentos disponíveis para apoiar o processo de demarcação e garantir a preservação ambiental e cultural das Terras Indígenas aguardando reconhecimento?

A regularização fundiária de Terras Indígenas não é uma atribuição legal do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA, tendo seu locus na Fundação Nacional do Índio - FUNAI, fundação vinculada ao Ministério dos Povos Indígenas - MPI.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

MARINA SILVA

Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Anexo: Despacho nº 16733799/2023-CGFis/Dipro (1426711).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente**, em 24/08/2023, às 20:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1427561** e o código CRC **E9A663C9**.



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Despacho nº 16733799/2023-CGFis/Dipro

Processo nº 02001.029006/2023-89

Interessado: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS DO CLIMA

À/Ao DIRETORIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Assunto: Requerimento nº 1416 /2023

Senhor Diretor Substituto,

Em atenção ao E-mail SEI nº 16729209, em que se solicita manifestação dessa diretoria no que tange os itens "d", "e" e "f" do Requerimento de Informação nº 1416/2023 (SEI nº 16729252) passamos a tecer as seguintes considerações:

No que se refere especificamente à fiscalização ambiental, informa-se que:

d) Como o Ministério do Meio Ambiente está lidando com a invasão de terras indígenas por garimpeiros, extrativistas, madeireiros e outros agentes ilegais, considerando que a falta de demarcação aumenta a vulnerabilidade dessas áreas?

Até o presente momento, não foi possível estabelecer um fluxo de trabalho operacional, procedimentos e ações fiscalizatórias distintas para as Terras Indígenas que aguardam demarcação.

Não obstante, cada vez mais esforços estão sendo empenhados para a repressão de ilícitos ambientais nas Terras Indígenas brasileiras.

Abaixo seguem dados consolidados da atuação do Ibama:

- Total de ações fiscalizatórias do Ibama em 2023 (de 01/01 até 21/08): 13.820 ações
- Total de ações fiscalizatórias dentro de Terras Indígenas em 2023 (de 01/01 até 21/08): 455 ações
- Em 2023 foram realizadas 455 ações de fiscalização ambiental em 71 terras indígenas, **sendo 63 ações fiscalizatórias realizadas em 21 Terras Indígenas não homologadas, o que equivale a 13% do total de ações**, conforme demonstra a tabela a seguir:

Relação de TIs onde ocorreram ações de fiscalização ambiental do IBAMA

Nome da TI	Homologada?	Nº de ações fiscalizatórias
Yanomami	Sim	129
Apyterewa	Sim	57
Potiguara	Sim	35
Trincheira Bacaja	Sim	32
Cachoeira Seca	Sim	13
Sararé	Sim	9
Porquinhos dos Canela-Apãjekra	Não	9
Alto Rio Guamá	Sim	8
Atikum	Sim	8
Évare I	Sim	8
Ibirama	Sim	8
Pankará da Serra do Arapuá	Não	8
Potiguara de Monte-Mor	Não	8
Mangueirinha	Sim	7
Bacurizinho	Não	6
Kayabi	Sim	5
Kayapó	Sim	5
Portal do Encantado	Não	5
Parque do Xingu	Sim	4
Queimadas	Sim	4
Tenharim Marmelos	Sim	4
Alto Turiaçu	Sim	3
Kambiwá	Sim	3

Karipuna	Sim	3
Pequizal do Naruvôtu	Sim	3
Serra da Moça	Sim	3
Truká	Sim	3
Xukuru	Sim	3
Ituna/Itatá (restrição de uso)	Não	3
Manoki	Não	3
Paukalirajausu	Não	3
Piripkura (restrição de uso)	Não	3
Arariboia	Sim	2
Aripuanã	Sim	2
Kadiwéu	Sim	2
Nambikwara	Sim	2
São Marcos - RR	Sim	2
Sete de Setembro	Sim	2
Tenharim Marmelos (Gleba B)	Sim	2
Uru-Eu-Wau-Wau	Sim	2
Tenondé Porã	Não	2
Tremembé de Almofala	Não	2
Uirapuru	Não	2
Água Preta/Inari	Sim	1
Apinayé	Sim	1
Arara	Sim	1
Arara do Rio Branco	Sim	1
Araweté Igarapé Ipixuna	Sim	1
Cana Brava/Guajajara	Sim	1
Coroa Vermelha	Sim	1
Itixi Mitari	Sim	1
Jacaré de São Domingos	Sim	1

Krikati	Sim	1
Kuruáya	Sim	1
Mãe Maria	Sim	1
Maraiwatsede	Sim	1
Reserva Indígena Avá Canoeiro	Sim	1
Rio Mequens	Sim	1
Taba dos Anacé	Sim	1
Tubarão Latunde	Sim	1
Tupiniquim	Sim	1
Zoró	Sim	1
Jaraguá	Não	1
Juary	Não	1
Kawahiva do Rio Pardo	Não	1
Morro dos Cavalos	Não	1
Murutinga/Tracaja	Não	1
Pitaguary	Não	1
Sawré Ba'pim	Não	1
Tapeba	Não	1
Tarumã	Não	1
Total Geral		455

Devido ao déficit de recursos humanos, percebe-se que houve um maior esforço de fiscalização nas Terras Indígenas da ADPF 709, devido a condenação judicial em desfavor da União:

Ações Fiscalizatórias nas TIs da ADPF 709

TI	Ação
TI Trincheira Bacajá e TI Apyterewa	89 ações fiscalizatórias
TI Kayapó	5 ações fiscalizatórias
TI Kariyuna	3 ações fiscalizatórias
TI Uru Eu Wau Wau	2 ações fiscalizatórias

TI Yanomami	129 ações fiscalizatórias
TI Arariboia	2 ações fiscalizatórias

e) Quais são os planos do Ministério do Meio Ambiente para garantir a segurança e a proteção das Terras Indígenas que estão aguardando a demarcação, especialmente diante das ameaças enfrentadas pelas comunidades indígenas, como a invasão de terras e a exploração ilegal de recursos naturais?

Recentemente foi criada, no âmbito da Coordenação-Geral de Fiscalização Ambiental (CGFIS) da Diretoria de Proteção (DIPRO) do IBAMA, uma Equipe Nacional de Fiscalização das Terras Indígenas, para tratar exclusivamente deste tema.

Além disso, o atendimento à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 709 (ADPF 709) é prioridade da gestão atual do Ibama.

Com a realização de concurso e o aporte de novos fiscais no Ibama, acredita-se que será possível ampliar a atuação da fiscalização ambiental nas Terras Indígenas, de maneira a possibilitar o alcance também às Terras Indígenas não demarcadas.

f) O Ministério do Meio Ambiente está buscando parcerias ou cooperação com outros órgãos governamentais ou instituições para acelerar o processo de demarcação e garantir a proteção das Terras Indígenas?

No que tange à parceria com outras instituições para garantir a proteção ambiental, como a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, entre outros, o IBAMA vem atuando de forma incisiva no combate ao garimpo ilegal, para garantir a proteção e a preservação dos territórios indígenas afetados pelo garimpo nas suas competências constitucionais, a exemplo da Terra indígena Yanomami, na qual é executada a Operação Xapiri, em conjunto com outras instituições, desde 06/02/2023.

Quanto aos questionamentos apresentados pelos demais itens do Requerimento de Informação nº 1416/2023 (SEI nº 16729252), informamos que, s.m.j, não são de competência da Diretoria de Proteção Ambiental.

Encaminha-se para ciência e consideração superior.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

CAROLINA VIEIRA RIBEIRO DE ASSIS BASTOS
Coordenadora-Geral de Fiscalização Ambiental

PORTARIA Nº 196, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2023

Documento assinado eletronicamente por **CAROLINA VIEIRA RIBEIRO DE ASSIS BASTOS, Coordenadora-Geral**, em 23/08/2023, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **16733799** e o código CRC **AD3FB77D**.

Referência: Processo nº 02001.029006/2023-89

SEI nº 16733799